



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 091**  
**Terceira Câmara Criminal**

<b>APELAÇÃO</b>	<b>CRIMINAL Nº 0197210-3</b>
<b>COMARCA</b>	: Recife -- 8ª Vara Criminal
<b>APELANTE</b>	: Leandro Vitor das Neves
<b>APELADO</b>	: Ministério Público do Estado de Pernambuco
<b>RELATORA</b>	: Desª Alderita Ramos de Oliveira
<b>REVISOR</b>	: Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

**EMENTA:**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO SIMPLES. PENAL BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REINCIDÊNCIA. CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE. PREPONDERÂNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 67 DO CP. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. APELO NÃO PROVIDO.

I – Não se mostra exacerbada a pena base aplicada pouco acima do mínimo legal, quando as circunstâncias judiciais do réu, analisadas a teor do art. 59, do CP, não lhes são favorável. Ademais, *"a orientação reiteradamente firmada nesta Corte é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode esta Corte reexaminar o decisor em tal aspecto, o que não é o caso dos autos."* (STJ - HC nº 74.482/PR, Relator o Ministro Gilson Dipp, DJ 06.08.2007).

II – Agravante da reincidência prevalece sobre a atenuante da confissão espontânea, não podendo, especialmente diante das particularidades do caso em questão, gerar a compensação pretendida. Exegese do art. 67 do Código Penal. Precedentes da Quinta Turma do STJ

III – Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0197210-3**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos**,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

092

em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos,  
que passam a integrar este aresto.

Recife, 09 de fevereiro de 200

Presidente

Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

093

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0197210-3

COMARCA

: Recife – 8ª Vara Criminal

APELANTE

: Leandro Vitor das Neves

APELADO

: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA

: Desª. Alderita Ramos de Oliveira

REVISOR

: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

**RAFAEL HENRIQUE FIGUEIREDO** foi denunciado (fls. 02), como incurso nas penas do art. 157, *caput*<sup>1</sup>, do Código Penal, acusado de ter subtraído um aparelho celular da vítima Ana Laudemira de L. de Farias, fazendo menção de portar arma de fogo, fato ocorrido no dia 05 de dezembro de 2008, por volta das 11:30 horas, na Av. Marquês de Olinda, no bairro do Recife Antigo, nesta cidade.

Em seu interrogatório, o acusado disse chama-se **LEANDRO VITOR NEVES**, o que levou o douto Promotor de Justiça, a requerer, naquela oportunidade (fls.63/64) a retificação do nome do acusado.

Concluída a instrução, o acusado foi condenado pela prática delitiva prevista no art. 157, *caput* c/c o art. 65, inciso III, alínea "d"<sup>2</sup>, e 61, inciso I<sup>3</sup>, todos da lei substantiva penal, tendo a MM Juíza de Direito, fixado a pena base em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão e multa de 21 (vinte e um) dias-multa, reduzida em 03 (três) meses e 03 (três) dias-multa, tendo em vista a circunstância atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea "d" (confissão espontânea), resultando na pena de 04 (quatro) anos e 05 (cinco) meses de reclusão e multa de 18 (dezoito) dias-multa, que aumentada em 06 (seis) meses e 06 (seis) dias-multa, em razão da circunstância agravante prevista no art. 61, inciso I (reincidência), tem-se a pena definitiva

<sup>1</sup> Roubos

**Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa (L. 9.248/62).

<sup>2</sup> **Art. 65** - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

III - ter o agente

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime

<sup>3</sup> **Art. 61** - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:

I - a reincidência;

Ackaa: apel crim - 0197210-3 - 57, exarceb pena conf esp compo sa no re incidencia, em 05/12/08. II



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

094

**de 04 (quatro) anos e 11 (onze) meses de reclusão e multa de 24 (vinte e quatro) dias-multa, conforme sentença de fls. 76/80.**

Inconformado, o acusado apelou da referida decisão (fls. 84), oferecendo razões recursais às fls. 90/92, alegando que a pena aplicada demonstrou-se exacerbada pugnando pela compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, transformando a pena base em definitiva, à falta de outras causas de aumento ou de diminuição da pena.

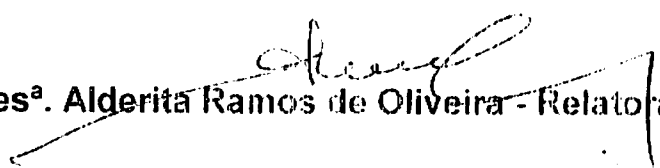
O Ministério Público ofereceu contra-razões de apelação (fls. 94/95), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento da apelação, mantendo-se a sentença hostilizada.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório, ofereceu parecer de fls. 107/109, opinando pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 12 de novembro de 2009.

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

16

095

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0197210-3

COMARCA : Recife - 8ª Vara Criminal  
APELANTE : Leandro Vitor das Neves  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**VOTO**

Insurge-se, o recorrente, contra a decisão de 1º grau que o condenou pela prática do delito previsto no art. 157, caput, c/c art. 65, inciso III, alínea "d" e 61, inciso I, todos do Código Penal, à pena definitiva de 04 (quatro) anos e 11 (onze) meses de reclusão e 24 (vinte e quatro) dias-multa, pugnano pela compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, transformando a pena base em definitiva, à falta de outras causas de aumento ou de diminuição da pena, ao argumento de que a reprimenda foi exacerbada

A presente insurgência não merece guarida.

É que a juíza processante, ao aplicar a pena-base e proceder com a dosimetria, assim o fez em observância aos ditames do art. 59<sup>4</sup> e 68, ambos do Diploma Substantivo Penal, fundamentando sua decisão nos seguintes termos (fls. 76/80):

*"(...) À vista do disposto no art. 59, CP, fixo a pena-base para o acusado LEANDRO VITOR DAS NEVES, em quatro (04) anos e oito (08) meses de reclusão e multa de vinte e um (21) dias-multa, por infração ao art. 157, caput, CP, REDUZO de três (03) meses de reclusão e de três (03) dias-multa, tendo em vista a circunstância atenuante do art. 65, inc. III, alínea d, CP, tornando a pena em quatro (04) anos e cinco (05) meses de reclusão e multa*

**4 Fixação da pena**

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

- I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;
- II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;
- III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;
- IV - a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por outra espécie de pena, se cabível.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

096

*de dezoito (18) dias-multa. ELEVO de seis (06) meses e de seis (06) dias-multa, em razão de a circunstância agravante do art. 61, inc. I, CP, tornando a pena definitiva em quatro (04) anos e onze (11) meses de reclusão e multa de vinte e quatro (24) dias-multa.*

*O acusado é reincidente, sua personalidade o desfavorece, bem como as consequências do crime, impondo-se o início do regime de cumprimento da pena privativa de liberdade o mais severo, ou seja, o fechado, a teor do art. 33, §3º, CP; (...).*

Como visto, a reprimenda aplicada atentou para os critérios estabelecidos no art. 59, do Código Penal, que foram analisados de forma satisfatória pela juíza sentenciante, de modo que autorizou a majoração da pena-base nos termos da sentença, uma vez que fixada pouco acima do mínimo legal, o que impossibilita a reforma perseguida no apelo.

De outra parte, não há como ser aplicada à espécie pena-base em seu patamar mínimo, visto que impossibilitaria o reconhecimento da atenuante da confissão, tendo em vista que, na segunda fase da dosimetria, o *quantum* da pena deve ficar dentro do limite estabelecido no preceito secundário da norma, definido pelo legislador, a teor do entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça. *"a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal"* (Súmula n.º 231 do STJ).

Ademais, a orientação reiteradamente firmada no STJ é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode a Corte recursal reexaminar o decisum em tal aspecto, o que não é o caso dos autos. (HC 73112/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 02/10/2008, DJe 20/10/2008).

Na segunda fase de aplicação da pena, a juíza sentenciante, reconhecendo a atenuante da confissão espontânea, diminuiu a pena em 03 (três) meses e de 03 (três) dias-multa, ficando em 04 (quatro) anos e 05 (cinco) meses de reclusão e multa de 18 (dezoito) dias-multa, e, por fim, aumentou a pena-base em 06 (seis) meses de reclusão e 06 (seis) dias-multa, em face da agravante da reincidência tornando-a definitiva em 04 (quatro) anos e 11 (onze) meses de reclusão e multa de 24 (vinte e quatro) dias-multa, inexistindo, deste modo, qualquer equívoco a ser sanado.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

097

Registre-se que a magistrada singular reconhecendo a presença da atenuante da confissão espontânea, corretamente entendeu como preponderante na espécie a agravante da reincidência, em consonância com o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, em especial pela Quinta Turma para a qual a reincidência é circunstância preponderante, prevalecendo sobre a atenuante da confissão espontânea, não podendo, especialmente diante das particularidades do caso em questão, em que há registro da prática de idêntico delito àquele que gerou a recidiva, possibilitar a compensação com o aumento fixado em razão do previsto no art. 61, I, do Código Penal, como pretendido.

Nos termos do art. 67 do CP, no concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve se aproximar das circunstâncias preponderantes, compreendidas como tais, as referentes aos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

No caso dos autos, o juízo de primeiro grau, levando em consideração os motivos determinantes do crime -- comprar bebida alcoólica e drogas (crack), as conseqüências do delito, pois a vítima não recuperou o aparelho celular roubado, arcando com um prejuízo financeiro de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), aliado ao fato do acusado de ser reincidente, haja vista ter sido condenado nos autos do processo nº 001.2007.068807-0 conforme sentença de fls.68/74, a qual transitou em julgado em agosto de 2008, não afastou a incidência da atenuante da confissão espontânea e da agravante da reincidência, em atendimento ao disposto no art.67 do CPB.

A propósito, os seguintes precedentes da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça:

**"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE ROUBO QUALIFICADO. DOSIMETRIA DA PENA. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA PREPONDERÂNCIA SOBRE A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. AGRAVO IMPROVIDO.**

**"1. O entendimento firmado pela Quinta Turma deste Tribunal é no sentido de que a agravante da reincidência deve ser considerada como circunstância preponderante, atendendo ao disposto no art. 67 do Código Penal, quando em concurso com a atenuante da confissão espontânea.**

**"2. Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp nº 1042712/SC,**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

098

Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, julgado em 11-12-2008).

"HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO PELO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO E CONCURSO DE PESSOAS (ART. 155, § 4º, I E IV C/C O ART. 14, II, TODOS DO CPB). PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL (2 ANOS E 1 MÊS). PENA TOTAL: 1 ANO E 1 MÊS DE RECLUSÃO. REGIME SEMI-ABERTO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA IDÔNEA PARA A MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO, NO PONTO. PREPONDERÂNCIA DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA SOBRE A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. ART. 67 DO CPB. PRECEDENTES DO STJ. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

"1. Não constitui fundamento para majorar a pena-base acima do mínimo legal a assertiva de que o réu agiu com culpabilidade, porque possuía pleno conhecimento acerca da ilicitude do fato. Essa consciência sobre a ilicitude diz respeito à culpabilidade que caracteriza o tipo e não às circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB. Precedentes do STJ.

**"2. A circunstância agravante da reincidência prepondera sobre a atenuante da confissão espontânea, a teor do art. 67 do CPB. Precedentes do STJ.**

"3. Parecer do MPF pela concessão parcial da ordem.

"4. Ordem parcialmente concedida para estabelecer a pena-base no mínimo legal (2 anos), aumentada em 3 meses em razão da reincidência e diminuída em 2 meses pela atenuante da confissão espontânea, reduzida em metade por força da tentativa, tornando-a definitiva em 1 ano e 15 dias de reclusão, em regime inicial aberto, mais 6 dias-multa no valor mínimo legal, mantendo a substituição da pena por restritivas de direitos como deferida em primeiro grau" (HC n. 85.975/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julgado em 4-9-2008).

Da Sexta Turma do STJ, em idêntico sentido, tem-se ainda:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. DOSIMETRIA DA PENA. PREPONDERÂNCIA DA CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA SOBRE A ATENUANTE DA CONFISSÃO. RECURSO PROVIDO.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

099

**"Nos termos do art. 67 do Código Penal e da firme jurisprudência da 3ª Seção a respeito, a circunstância agravante da reincidência prevalece sobre a atenuante da confissão. Precedentes.**

**"In casu, o acórdão recorrido deve ser reformado apenas no sentido de que outra dosimetria da reprimenda seja novamente fixada, com o reconhecimento da preponderância da reincidência.**

**"Recurso especial provido" (REsp n. 912.053/MS, Rel. CARLOS MATHIAS - Juiz Convocado do TRF da 1ª Região, j. em 16-10-2007).**

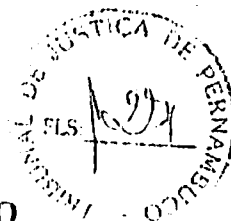
Isto posto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça (fls. 185/186), nego provimento ao recurso, mantendo íntegra a sentença recorrida.

Recife, 09 de fevereiro de 2010

Desª. Alderita Ramos de Oliveira – Revisora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



**PROCESSO Nº:** 0197210-3  
**COMARCA:** RECIFE  
**VARA:** 8ª VARA CRIMINAL  
**APELANTE:** LEANDRO VITOR DAS NEVES  
**DEFENSOR:** DRA. RAFAELA MELO DE CARVALHO VAZ  
**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO  
**PROCURADOR(A):** DR. CARLOS ALBERTO PEREIRA VITÓRIO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
**RELATOR** DESA. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA  
**REVISOR** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

100

**VOTO REVISOR**

Recorre **Leandro Vitor das Neves**, inconformado com a sentença que o condenou à pena de 04 (quatro) anos e 11 (onze) meses de reclusão, como incurso nas penas descritas no art. 157, caput, c/c o art. 65, inciso III, alínea d e art. 61, inciso I, todos do Código Penal<sup>1</sup>.

Consta que o apelante, no dia 05 de dezembro de 2008, por volta das 11h:30min, fazendo menção de portar arma de fogo, subtraiu um aparelho celular da vítima.

Emerge dos autos que a douta juíza, quando da dosimetria da pena, fixou a pena-base em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão, reduziu-a em 03 (três) meses devido à atenuante da confissão e, elevou-a em 06 (seis) meses por conta da reincidência, tornando-a definitiva em 04 (quatro) anos e 11 (onze) meses de reclusão.

**1 Roubo**

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:  
Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

**Circunstâncias atenuantes**

Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

III - ter o agente:

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

**Circunstâncias agravantes**

Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:

I - a reincidência;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO**

**GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



101

A defesa alega que deveria ter havido uma compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante de reincidência, transformando a pena-base em definitiva, ante a falta de outras causas de aumento ou diminuição da pena.

Tal argumento não merece prosperar, visto que, ao proceder com a dosimetria, a douta juíza levou em consideração a natureza das circunstâncias judiciais, onde a reincidência tem um maior grau de reprovabilidade. Ademais, segundo precedentes dos Tribunais Superiores, há preponderância da agravante da reincidência sobre a atenuante da confissão – **JTJ 181/280**.

Outrossim, como bem salienta a Procuradoria de Justiça, considerando-se o princípio constitucional da individualização da pena, também não há como se interpretar sempre favorável ao réu, a jurisprudência do STJ, relativa à compensação das circunstâncias da confissão com a da reincidência; devendo o magistrado se nortear pelo grau de importância de cada uma delas no contexto da Ação Criminal.

Ante o exposto,

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando provimento ao apelo**, mantendo a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 09/02/2009. 10

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Revisor**

**2 Fixação da pena**

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.